

ESTUDO DA GRAMMÁTICA ANALÍTICA E EXPLICATIVA DE LÍNGUA PORTUGUESA (PARDAL E ORTIZ – 1884)

Leonor Lopes Fávero¹

Professora Titular de Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Márcia A. G. Molina²

Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é o de analisar a Gramática Analítica e Explicativa de Língua Portuguesa, dos professores Pardal e Ortiz, avaliando a constituição da obra, no que se refere aos conceitos de Gramática, sua divisão e, na sequência, em relação aos postulados de morfologia e sintaxe, visto que a edição da obra analisada é a quinta, datada de 1884, quando imperavam os pressupostos da gramática tradicional, naquela instância em que o Brasil estava numa monarquia, mas gritava pela República e passava por uma reconfiguração nos âmbitos sociais, econômicos e sobretudo educacionais. Algumas reformas começavam a ser implementadas na Escola e a sociedade, formada sobretudo por letrados, que deixavam agora estudar seus filhos no Brasil para que alcançassem o Ensino Superior, nas poucas faculdades que surgiam. O método de norteia este trabalho é o descritivo-analítico, seguindo os pressupostos teóricos da História das Ideias Linguísticas (AUROUX, 1989, 1992; FÁVERO; MOLINA, 2004, 2006, 2019; ORLANDI; GUIMARÃES, 1996; ORLANDI, 2002; COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2010)

Palavras-chave: Gramática Analítica e explicativa de Língua Portuguesa. Conceitos Gerais. Morfologia. Sintaxe

Considerações Iniciais

Como se sabe, o século XIX foi marcado por importantes mudanças no cenário sociocultural brasileiro, tais como: o movimento escravocrata, que culminaria na abolição, o avanço do café, a participação brasileira na Guerra do Paraguai, a princípio vista como uma pequena batalha e que, aos poucos, foi ganhando uma dimensão não imaginada, enfraquecendo sobremaneira a figura de Dom. Pedro, fortalecendo os republicanos e ocasionando a mudança de regime, de monárquico para republicano e o grande desenvolvimento das ciências, com o invenção do microscópio, por exemplo.

Além disso, ocorreu a chamada primeira Revolução Industrial em nosso país e a nova época pedia a modernidade em todos os setores, especialmente na escola, porque se entendia que povo escolarizado era sinônimo de cidadania, já que o homem não-analfabeto poderia, entre

¹ lplfavero@uol.com.br

² marcia.molina@ufma.br

outras coisas, eleger seus governantes. Em relação à Instituição Escolar, o Programa de Exames para o Colégio de Pedro II (1887) motiva o aparecimento de várias gramáticas no curso de gramatização brasileira do português a algumas Faculdades aqui e ali começavam a surgir.

Simultaneamente, muitas correntes filosóficas iluminavam o pensamento dos intelectuais brasileiros, como o Positivismo, de August Comte, e o evolucionismo, de Darwin e Spencer. Some-se a isso os primeiros estudos sobre psicologia, mostrando que a criança, diferentemente do compreendido até então, não era um adulto em miniatura, fato que exigiu a elaboração de material didático adequado a ela.

Tudo isso e até mesmo as mudanças nos costumes fizeram desse século um período de grandes e profundas transformações.

É nesse momento de intensa efervescência que se situa o trabalho. Pretende-se discorrer sobre uma gramática, adotada no Brasil, em inúmeros colégios, destinada à infância, a *Grammatica Analítica e Explicativa de Lingua Portuguesa*³, de Pardal e Ortiz, dada a público um pouco antes do Programa de Ensino de Fausto Barreto, analisando-se os conceitos gerais e, em especial, relativamente à morfologia e à sintaxe, buscar depreender também o método adotado pelos autores para propor o ensino da gramática, para esse público específico: a criança. O método adotado para análise é o descritivo-analítico, buscando pelas ideias linguísticas que se podem recuperar na obra dos autores, navegando pelos universos de retrospectão em que se engendraram. Os pressupostos teóricos a serem seguidos são, portanto, os da História das Ideias Linguísticas, seguindo-se autores como Auroux (1989, 1992), Orlandi e Guimarães, (2002), Fávero e Molina (2006, 2019) e Colombat, Fournier e Puech (2010).

Entendendo o estudo dessa obra como parte da história cultural, pretende-se observar de que forma foi pensada, compreendida e escrita. Objetiva-se não apenas historiar o passado, mas recuperá-lo, avaliando as teias que constituem o texto. Ao final, mostraremos que, como a história não é um estudo do passado somente, mas uma disciplina que se debruça sobre os homens, as gramáticas surgidas na ocasião, como feitas por e para homens, acabam por retratar o período em que foram dadas a ler: momento conturbado, de muitas transformações e instabilidade.

Breves palavras sobre a História das Ideias Linguísticas

³ De agora em diante, procederemos à atualização ortográfica para facilitar a leitura.

Antes de tudo, é importante frisar que essa disciplina, de caráter interdisciplinar, já que se vale dos pressupostos da Linguística e da História Cultural, permite que sejam estudadas não somente as antigas gramáticas, como que se analise qualquer outro saber fundado na ciência linguística, contemplando, também, o estudo das Instituições onde os saberes eram discutidos, alargados, disseminados, os veículos por onde circulavam e as polêmicas que suscitavam.

Ou seja, ao se centrar o estudo na História das Ideias Linguísticas, centra-se o olhar no domínio de conhecimento e se estabelece uma relação conceitual entre discurso, língua e história que, no Brasil, debruça-se teórica e analiticamente na compreensão da história da gramatização brasileira; da institucionalização da linguística, da disciplinarização das ideias linguísticas; e da história dos instrumentos e políticas linguísticas em nosso país (ORLANDI e GUIMARÃES, 1996).

Para Auroux (1992), ao estudar uma obra gramatical, por exemplo, o historiador deve projetar os fatos num hiperespaço que comporta essencialmente três tipos de dimensão: • uma cronologia; • uma geografia; • um conjunto de temas. É isso que será feito: a cronologia: o século XIX, a geografia: o Brasil, nosso tema: a gramática.

Para Colombat, Fournier e Puech (2010), aquele que se debruça sobre a História das Ideias Linguísticas deve criar condições para observar: as teorias antigas, os conhecimentos produzidos, a forma como esses foram apresentados, como foram concebidos e apreendidos os fatos.

Assim, entendendo o estudo dessa obra também como parte da história cultural, pretende-se observar de que forma foi pensada, compreendida e dada ao público, naquele momento tão peculiar de nossa história.

Sublinhe-se que não se deseja aqui apenas historiar o passado, mas recuperá-lo, avaliando as teias que constituem o texto da gramática em pauta, possibilitando-nos avaliar a história não como um estudo do passado somente, mas uma disciplina que se debruça sobre os homens e as gramáticas surgidas na ocasião, feitas por e para homens acabam por retratar o período em que foram dadas a ler: momento conturbado, como já dissemos, de muitas transformações e instabilidade, tanto na sociedade em geral, como na instituição escolar.

Dos autores e da obra



Fig.1 – Capa da Gramática

Cândido Matheus de Faria Pardal, (1818-1888), chegou a ser considerado pelos professores seus contemporâneos o “decano dos professores públicos”, visto que exerceu o magistério na Capital do Império por cerca de 42 anos, nos níveis: primário, secundário e profissional, como eram chamados à época, lecionando as primeiras letras, desenho, caligrafia e gramática. Juntamente com José de Ortiz, advogado e também professor de escolas públicas, renomado e respeitado estudioso, publicaram a obra em estudo, primeiramente em Vitória, depois no Rio de Janeiro.

Trata-se de uma pequena⁴ obra, com 157 páginas, em que os autores expõem o conteúdo, partindo a gramática em quatro: etimologia, sintaxe, ortografia e prosódia, atendendo aos princípios da gramática tradicional, cujo principal dever era o de ensinar a falar e escrever a língua. Nesse sentido, informa Fávero (1996): “trata-se da mesma divisão encontrada em gramáticos do século anterior, como Reis Lobato, e é herança da Idade Média (talvez desde Prisciano (...), (...) divisão essa que permanece até o século XVI (Nebrija) ou até mais porque ainda se encontra, em fins do século XVIII, e início do XIX, por exemplo em Soares Barbosa”. (p,94)

De acordo com Polachini (2018), a gramática teve em torno de 06 edições, com a primeira em 1871. O volume em análise é a 5ª edição, de 1884, revisada e ampliada e traz em sua capa a seguinte informação: “Adotada pela Inspeção Geral da Instrução Pública, com aprovação do governo imperial para compêndio das escolas primárias”.

Sabemos que a Inspeção Geral da Instrução Pública dava os ditames para as escolas do Brasil, embora nem sempre sua voz fosse ouvida. Contudo, depois de 1860, registrou ela uma sensível melhora nas escolas primárias brasileiras:

A instrução pública primária tem melhorado no município da Corte, e mais sensíveis teriam sido seus progressos se houvessem extirpado as diversas causas de que há muito entorpecem o seu desenvolvimento, as quais principalmente consistem na

⁴ Referimo-nos à sua dimensão.

deficiência de pessoal habilitado para este gênero de instrução; mesquinha remuneração e nenhum futuro dos Professores; na falta de edifícios apropriados para o ensino, e na falta de inspeção nas escolas das Freguesias mais distantes. (BRASIL, 1851, p.5)

De toda forma, com a obra, os autores desejavam ministrar as primeiras letras àqueles que conseguiam chegar à escola, que eram, comumente, os filhos de famílias mais abastadas e foi usada no Colégio de Pedro II em substituição à de Cyrillo Dilermando da Silveira.

Em relação a seu título: *Gramática Analítica Explicativa*, Polachini (2018) ensina que no século XIX coabitavam as cadeiras escolares gramáticas com três espécies de títulos: aqueles que explicitavam o público a que eram direcionadas: da primeira infância, da puerícia e elementar; aqueles que explicitavam como se dava a exposição do conteúdo: metódica, analítica e explicativa, como a em análise neste trabalho e, finalmente, os que diziam respeito à base teórica que norteava o livro, como filosófica, geral, histórica, etc.

Feita essa observação, passa-se agora aos conceitos gerais depreendidos na obra.

Conceitos gerais

Os autores começam o livro conceituando gramática: “(...) é a arte de falar e escrever corretamente” (p.3), dividindo-a, como já dissemos, em quatro partes: Etimologia, Sintaxe, Ortografia e Prosódia.

Quanto a essa definição de gramática, Fávero (2001, p.61) explica: “nesse período, gramática é considerada uma arte, na continuidade da conceituação oriunda do modelo greco-latino (..) e (...) *ars* é tradução do grego, empregada no sentido de ofício, habilidade”. Quanto à quadripartida divisão, essa, também atendendo ao modelo greco-latino, reafirma sua função: ensinar a falar e escrever corretamente.

Etimologia

Os autores dão início a essa primeira parte, informando que Etimologia é a parte da gramática que ensina a conhecer e a classificar palavras.

Classificam, então, as palavras quanto à sua formação, em primitivas e derivadas; e quanto à sua natureza, em 10: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, verbo, particípio, advérbio, preposição, conjunção e interjeição, divisão que remonta a Nebrija (1492) que acrescenta o gerúndio e o particípio passado ativo, perfazendo as 10 classes :“assi que seran por

todas.diez partes de la oración en el castellano: nombre, pronombre, articulo, verbo, participio ,gerúndio, nombre participial infinito, preposicion, adverbio, conjuncion” (p.207).

Importa apontarmos aqui que a divisão em dez classes, revela-nos dois fatos antagônicos: ao mesmo tempo em que remonta a Aristóteles, em sua *Metafísica*, em que inscreveu dez categorias do pensamento; mostra-nos modernidade, porque estudiosos bastante calcados no latim, não consideravam nem o artigo, nem o adjetivo ou pronome, inscrevendo-os sob título *Nome*, pontuando 08 classes.

Essa divisão em dez classes foi também proposta por contemporâneos dos autores aqui examinados, como Laurindo Rabelo (1867), Grivet (1881) e por autores do início do século XX, como Zambaldi (1905) na Itália e Said Ali (1927) entre nós e é a divisão proposta pela *Nomenclatura Gramatical Brasileira*.

Antagonicamente, contudo, na sequência, definem *substantivo*: “Substantivo ou nome é a palavra que significa um ou mais entes” (p.5- grifo nosso), embora releve as classes já citadas separadamente.

Seguem-se regras para determinar gênero e plurais dessa classe, atendendo ao proposto pela obra: ensinar a falar e escrever corretamente, ou seja, estabelecendo as devidas prescrições:

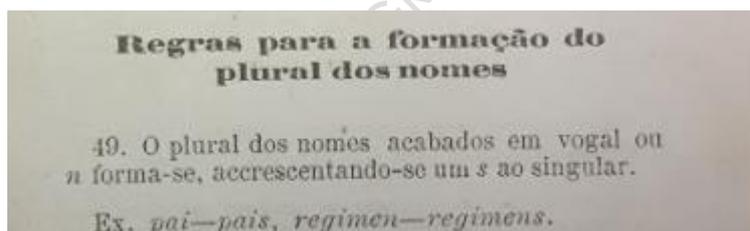


Fig. 2 – Página 11

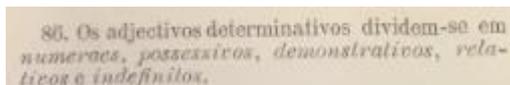
Continuando, vem o *artigo*, que é definido de forma bastante lacônica pelos autores: “Artigo é a palavra que precede os nomes para anunciar que eles são empregados em um sentido determinado” (p. 13); e só elencam o “a” e “o”. Contudo, apontam que o artigo “el” só é usado antes da palavra rei – el rei, quando os arautos anunciavam a presença do rei. É forma apocopada de *elo* por prótese e vem do latim *illum* > **elo* forma arcaica do artigo definido.

Depois dessa classe, vem o *adjetivo*. Para eles, esta classe é a que se junta ao nome ou a ele se refere para significar uma qualidade ou circunstância, dividindo-os em qualificativos e determinativos.

Fávero e Molina (2006) ensinam que a distinção entre substantivos e adjetivos vem da gramática medieval, uma vez que Prisciano usava o termo *adjectivum* no sentido qualificativo, sem, contudo, considerá-lo uma classe independente.

Calcados no ideal de ensinar a falar e escrever a Língua Portuguesa, seguem-se regras e mais regras: de como formar o plural, de como formar o superlativo absoluto sintético, etc.

Vale pontuar que os autores assim concebem o adjetivo determinativo:

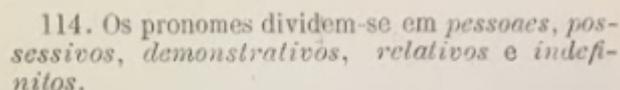


86. Os adjectivos determinativos dividem-se em
numeraes, possessivos, demonstrativos, rela-
tivos e indefinidos.

Fig. 3 – Página 22

- reunindo, como se pode ver, o que hoje inscrevemos na classe de Pronome e o Numeral.

Na sequência, vêm os *pronomes*. Para eles essa classe é a que “se põe ordinariamente no lugar do nome” (p. 27), assim classificando-os:



114. Os pronomes dividem-se em *pessoaes, pos-
sessivos, demonstrativos, relativos e indefi-
nidos*.

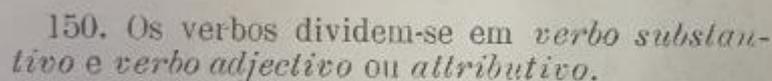
Fig. 4 – Página 27

- fazendo coincidir os adjetivos determinativos, porém como adjetivo consideram *de mim, de ti, de si, de nós*, etc. e como pronomes *meu, teu, seu, nosso*, etc.

Segue-se a classe do *verbo*. Na toada de Port-Royal, Pardal e Ortiz ensinam que essa “palavra é a que afirma alguma ação” e acrescentam “qualidade ou circunstância que pertence, sempre ou em certo tempo” a um sujeito” (p.33), agora acompanhando Aristóteles, mostrando-nos, portanto, filiações diferentes (mas que nos parecem complementares) para a mesma categoria.

Cavaliere (2014, p. 52) leciona: “No Brasil, decerto, os parâmetros da gramática filosófica foram extremamente atenuados pela pouca perspectiva doutrinária de nossos gramáticos, mais interessados em criar manuais normativos com regras do bem-dizer.”. Era exatamente essa a proposta dos autores: produzir um compêndio escolar com fins utilitários para aquela sociedade formada por uma grande massa de analfabetos e que começava a se identificar como nação.

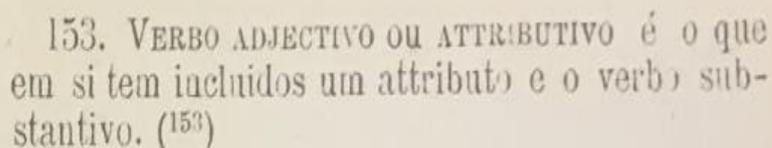
Continuando tratam, inserindo o que hoje compreendemos fazer parte da sintaxe, do *Sujeito*, do *Atributo* e do *Complemento* e voltam ao verbo, esclarecendo:



150. Os verbos dividem-se em *verbo substantivo* e *verbo adjectivo ou attributivo*.

Fig. 5 – Página 38

Novamente a visão bipartida dessa classe: o verbo substantivo é o que, para eles, não aponta para nenhum atributo e são dois: o ser (como os racionalistas) e o estar. Já o verbo atributivo divide-se em “transitivos ou ativos, intransitivos ou neutros, e em passivos” (p. 39).

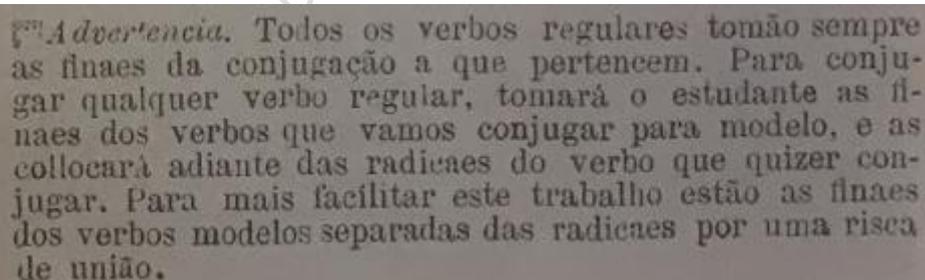


153. VERBO ADJECTIVO OU ATTRIBUTIVO é o que em si tem incluídos um attributo e o verbo substantivo. (153)

Fig. 6 – Página 39

Nota-se agora, ao mencionar o verbo neutro, o apego à gramática latina. Sublinham três tempos: presente, pretérito e futuro e cinco modos: indicativo, condicional, imperativo, conjuntivo ou subjuntivo e infinitivo ou infinito. Como nossos estudiosos atuais, trazem as três conjugações e, em nota, lembram que alguns querem a quarta e que a essa pertencem os verbos em -or.

Em nota também inserem a seguinte *Advertência*:



Advertencia. Todos os verbos regulares tomão sempre as fínaes da conjugação a que pertencem. Para conjugar qualquer verbo regular, tomará o estudante as fínaes dos verbos que vamos conjugar para modelo, e as collocará adiante das radicaes do verbo que quizer conjugar. Para mais facilitar este trabalho estão as fínaes dos verbos modelos separadas das radicaes por uma risca de união.

Fig. 7 – Página 48

Coadunando-se com a função de ensinar a falar e escrever corretamente vêm tábuas e tábuas de conjugações que, naquela época, deviam ser decoradas e dadas ao mestre. A essa classe de palavra os autores dedicam mais de 30 páginas, mostrando-nos seu apego à tradição. Recordemo-nos de Plutarco quando afirma que, enquanto não se pronunciar o verbo, não se terá dito nada.

Depois do verbo, vem a classe do *particípio*, explicando que é a parte da palavra que pertence tanto ao verbo quanto ao adjetivo, partindo-os em presente e passado, como ocorre na gramática latina que tem também o *particípio futuro*..

Na sequência tratam do *advérbio*, *preposição*, *conjunção*. Em relação a essas classes, muito se aproximam das definições encontradas hodiernamente. Relevante, parece-nos a conceituação da *interjeição*: “É a palavra invariável que resume uma ou mais orações. Ex. Caluda! Que significa: cala-te (...)” (p. 75)

Finalizam este capítulo com modelos de análises lógicas e propostas de inúmeros exercícios de análise, minuciosamente demonstradas.

Sintaxe

Os autores dão início a esta parte, ensinando: “Sintaxe é a parte da Gramática que ensina a compor a oração e o período gramatical e informam que há dois: período simples e composto, como se encontra nas gramáticas hodiernas.

Por oração, seguindo o modelo de Port-Royal, propõem: “Oração é o juízo ou pensamento expresso por meio de um sujeito, um verbo e um atributo, com ou sem complementos” (p.108). Acrescentando que a oração também é chamada de proposição.

Vale lembrar que Arnauld e Lancelot (1992, p. 28) sublinham:

Todos os filósofos ensinam que em nosso espírito há três operações: CONCEBER, JULGAR e RACIOCINAR (...) CONCEBER é não mais que um simples olhar sobre as coisas (...) JULGAR é afirmar que uma coisa que concebemos é ou não é tal (...) RACIOCINAR é servir-se de dois julgamentos para produzir um terceiro(...). O julgamento que fazemos das coisas, como quando digo; “A terra é redonda” se chama PROPOSIÇÃO.

Ainda calcados nos racionalistas, explicam: “Quando em uma oração faltam palavras, tiram-se elas da outra oração da mesma espécie, e na falta desta suprem-se por meio de regras ou raciocínio”(p.108).

Continuam com a classificação das orações em absolutas, acessórias, incidentes, restritivas e explicativas (ou circunstanciais). Propõem ainda uma outra classificação em plenas, elípticas, pleonásticas, inversas e implícitas.

Seguem-se as partições do *sujeito* em simples e composto; e tratam mais uma vez do *verbo*, reafirmando: “O verbo de uma oração é sempre o verbo substantivo, ora separado do

atributo, ora incorporado a ele nos verbos adjetivos” (p. 113), confirmando suas filiações à gramática racionalista.

Depois é a vez do atributo e do complemento, do aposto e do vocativo. Seguem-se noções de *Sintaxe Natural e Figurada*, oferecendo regras de concordância e regência e mais e mais regras, atendendo ao proposto: ensinar a escrever e falar corretamente a Língua Portuguesa.

Reafirmando o propósito da obra, trazem os *Vícios de Linguagem*.

Encerram este capítulo com modelos de análise sintática ou lógica, para na sequência tratarem da Ortografia e Prosódia que, por uma questão de delimitação, não constituem objeto de nosso estudo neste trabalho.

Considerações finais

Lembrando Orlandi (2002), fazer História das Ideias Linguísticas permite-nos revisar a história do pensamento linguístico brasileiro, antes até de a Linguística ter sido aqui instaurada, além de possibilitar que imprimamos um olhar de especialistas, interno para e no objeto em análise, com o propósito de avaliar teoricamente as diferentes filiações teóricas a que o objeto em estudo se vê atado.

Assim percorreremos a obra de Pardal e Ortiz, avaliando o objeto e constatando que a obra atende aos objetivos propostos: ser um manual para ensinar a bem falar e escrever a Língua Portuguesa, fornecendo aos jovens estudantes regras relativas a vários tópicos gramaticais.

Sublinha-se que esta edição revisada e ampliada foi dada a lume depois da Gramática Portuguesa de Júlio Ribeiro (1881), considerada divisora de águas, já que inaugurou o método científico da linguagem no Brasil, mas, apesar disso, nada foi constatado no sentido de que seguia essa forma de compreender a língua. Ao contrário, como os autores, sujeitos àquele contexto histórico específico, dentre os ensinamentos, apontam a existência, por exemplo, de um artigo *el* usado somente em *El Rei*.

Além disso, e também atendendo a essa motivação, os autores ao trazerem a sintaxe de regência e concordância, e assentados nos pressupostos das obras racionalistas, veem dois tipos de verbos: os substantivos e adjetivos, por exemplo.

Finalmente, aponta-se que a obra fornece modelos de análises para que os alunos, nelas espelhados, pudessem desenvolver suas tarefas, como era hábito na ocasião, seguindo o imaginário coletivo de que era a repetição que favoreceria o aprendizado.

Referências

- ARNAULD, A. E LANCELOT, C. *Gramática de Port-Royal*. Gramática Geral e Razoada. Tradução de Bruno Basseto e Henrique G. Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1992 [1660].
- AUROUX, S. A. *Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- AUROUX, S. *Histoire des Idées Linguistiques*. Paris: Pierre Mardaga Editeur, Tomo1, 1989.
- BRASIL. *Ministério do Império*. Relatórios apresentados à Assembléia Geral Legislativa. Rio de Janeiro: Typ Laemmert, 1850- 1889.
- CAVALIERE, R. *Fonologia e Morfologia na Gramática Científica Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do RJ, 2000.
- CAVALIERE, R. *A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2014.
- COLOMBAT, B.; FOURNIER, J. M.; PUECH, C. *Histoire des idées sur les langues et les langages*. Paris, Klincksieck, 2010
- FÁVERO, L. L. *As Concepções Linguísticas no Século XVIII – A Gramática Portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- FÁVERO, L. L. *Gramática é a Arte*. In: ORLANDI, E. P.(org.). *História das ideias linguísticas no Brasil – Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional*. 1. ed. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001. p. 59-70.
- FÁVERO, L. L.; MOLINA, M. A. G. “História das Ideias Linguísticas: origem, método e limitações”. *Revista da Anpoll*, nº 16, p. 131 a 146., 2004
- FÁVERO L. L.; MOLINA, M. A. G. *As concepções Linguísticas no Século XIX: A Gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2006.
- FÁVERO, L. L.; MOLINA, M. A. G. *As concepções linguísticas no Brasil no século XIX e início do XX: Gramáticas da Infância*. São Paulo: Terracota, 2019.
- FÁVERO, L. L.; MOLINA, M. A. G. *Conhecimento linguístico: século XIX: tradição e modernidade?* Disponível em:
http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2079-312X2013000100009.
Acesso em 07 dez. 2021.
- NEBRIJA, E. A. de. *Gramática Castellana*. Madri, Fundación Antonio de Nebrija, 1992 [1492].
- ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. “Identidade Linguística”, in: *Língua e Cidadania*. Campinas: Editora Pontes, 1996.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. (Orgs.) *Institucionalização dos Estudos da Linguagem: A disciplinarização das Ideias Linguísticas*. Campinas: Pontes, 2002

ORLANDI, E. P. *Discurso e Texto: formação e circulação do sentido*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. *Língua e conhecimento linguístico – para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2002.

PARDAL, C. M. F. e ORTIZ, J. *Grammática analytica e explicativa da língua portuguesa*. 5.ed. Rio de Janeiro, 1884 [1871].

POLACHINI, S. B. *Uma história serial e conceitual da gramática brasileira oitocentista de língua portuguesa*. 2018. 457p. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Semiótica e Linguística Geral, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

STUDY OF GRAMMATICA ANALYTICA E EXPLICATIVA DE LINGUA PORTUGUESA (PARDAL E ORTIZ – 1884)

ABSTRACT

The aim of this work is to analyze the Analytical and Explanatory Grammar of Portuguese Language, by Professors Pardal and Ortiz, looking at the constitution of this grammar, its concepts of Grammar, its division and, subsequently, in relation to the postulates of morphology and syntax, because the edition of this book work is the fifth, dating from 1884, when the assumptions of traditional grammar prevailed, and Brazil was in a monarchy, but screamed for the Republic and going in a through a reconfiguration in social spheres, economic and educational. Some reforms began to be implemented in the School and society, made up mainly of educated people, began to leave their children in our country so that they could reach Higher Education, in the few faculties that emerged. The guiding method of this work is descriptive-analytical, following the theoretical assumptions of the History of Linguistic Ideas (AUROUX, 1989;1992; FÁVERO and MOLINA: 2004,2006,2019; \ORLANDI and GUIMARÃES, 1996, ORLANDI, 2002 and COLOMBAT, FOURNIER e PUECH, 2010)

Keywords: Gramática Analítica e Explicativa de Língua Portuguesa. General concepts. Morphology. Syntax.